

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 319

**HISTÓRIA ECONÔMICA DA COLONIZAÇÃO DO EXTREMO
OESTE CATARINESE 1920/1980**

Indio Campos

Belém, Dezembro de 2013

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Fábio Carlos da Silva

Diretor Adjunto

Durbens Martins Nascimento

Coordenador de Comunicação e Difusão

Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Prof. Dr. Armin Mathis – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento – NAEA/UFPA

Profa. Dra. Edna Castro – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Francisco Costa – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo – NAEA/UFPA

Sector de Editoração

E-mail: editora_nea@ufpa.br

Papers do NAEA: papers_nea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 319

Recebido em: 05/11/2013.

Aceito para publicação: 16/12/2013.

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

HISTÓRIA ECONÔMICA DA COLONIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE CATARINESE - 1920/1980

*Indio Campos*¹

Resumo:

O extremo oeste catarinense foi colonizado desde 1920 e por imigrantes de origem italiana e alemã provenientes do vizinho estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente estes se dedicaram à produção de subsistência e à exploração dos recursos da floresta. A região logo se especializaria na produção de suínos, graças à atividade de comerciantes locais que os exportavam, via ferrovia, para os crescentes mercados do sudeste do Brasil, processo este que propiciou o surgimento de grandes agroindústrias locais. Com o fechamento desta fronteira agrícola nos anos 1960, as grandes agroindústrias locais, hoje global player, passaram a estabelecer relações contratuais com seus fornecedores, o que implicou na forte modernização da atividade entre os produtores familiares e no enorme incremento da produção regional de proteína animal.

Palavras-chave: Extremo oeste de Santa Catarina. Fronteira agrícola. Agroindústria.

ECONOMIC HISTORY OF THE SETTLEMENT OF WESTERN SANTA CATARINA - 1920/1980

Abstract:

Since the 1920s the western region of Santa Catarina (SC, Brazil) has been settled by the second and third generation of German and Italian small farmers, coming from neighboring Rio Grande do Sul (RS, Brazil). At the beginning they have exploited timber and other forest resources, but very soon they got the chance to specialize in pig breeding, due to the initiative of local dealers, who had access by railway to the weighty markets of Brazilian southeast. The further fusion of local firms generated big agroindustrial enterprises, that became nowadays global players in the animal protein production. Once finished the occupation of these frontier, by the early 1960s, the agribusiness adopted a new expansion growing strategy by establishing contractual relationships with suppliers. As a consequence of this, the small farmers have been pressured to modernize their herd management and western Santa Catarina became one of the most important pig and chicken producing region of the world.

Key-words: Land frontier. South Brazil. Agribusiness

¹ Doutor em Economia, Professor associado do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – NAEA/UFPA.

1. Antecedentes Históricos à Colonização

Desde o século XVIII, boa parte dos 14.222 km² que compõem a atual Micro Região Colonial Oeste Catarinense (MRCOC)², então pertencente ao Território das Missões, era reivindicada pela República Argentina. Assim, com o intuito de proteger os interesses nacionais na região, o governo imperial brasileiro determinou em 1859 a criação da Colônia Militar de Chapecó, a qual em 1882 já contava com expressivos 700 habitantes³. Após dois séculos de intermináveis negociações, os direitos brasileiros sobre este território foram finalmente reconhecidos em 1895, em decisão arbitral emitida pelo então Presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, tendo como negociador brasileiro o Barão de Rio Branco⁴.

Posteriormente, a mesma área esteve em litígio entre os Estados de Santa Catarina e Paraná. Em 1916 é firmado um acordo entre os dois Estados, permanecendo os então chamados “Campos de Palmas” sob domínio catarinense. Às concessões de terra feitas anteriormente pelo Estado do Paraná, vieram a se juntar novas concessões feitas pelo Estado de Santa Catarina normalmente em troca serviços prestados ao Estado, como construção de estradas, levantamentos topográfico etc. Muitas áreas foram doadas a Militares. Desde logo o clima frio, a floresta densa e a topografia extremamente acidentada obstaculizaram o desenvolvimento da pecuária nestas terras, que, da mesma maneira, pouco se prestavam a cultivos tropicais.

De fato, até a década de 1920, o oeste catarinense era um vazio esparsamente habitado e por uns poucos caboclos. A origem desta população ainda é motivo de controvérsias. Muitos vieram de estâncias gaúchas. Outros eram fugitivos ou remanescentes da guerra do Contestado. Lago⁵ remete a questão à construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. A companhia construtora recrutou em 1910 cerca de 10.000 trabalhadores. Quando da conclusão da obra, muitos se espalharam pelo oeste e meio oeste catarinense, em meio aos vales férteis e intocados. Houve grande miscigenação entre esta massa predominantemente masculina e índias locais, constituindo famílias geralmente numerosas.

Em seu diário publicado somente em 1985⁶, Wenceslau Breves, auxiliar da Comissão Técnica Discriminadora de Terras de Chapecó entre 1920 e 1924, relata o modo de vida extremamente simples destes caboclos. Cultivavam a terra em desmatamentos sucessivos, plantando milho e feijão. Habitavam ranchos rústicos de pinho lascado. Pouco se diferenciavam dos índios, a não ser pelo uso de alguns instrumentos como foice, machado e armas de fogo para a caça. No mais das vezes, um

² Neste trabalho, “extremo oeste catarinense” designa apenas a Micro-Região Colonial Oeste Catarinense. Já o termo “oeste catarinense” engloba também, além desta, a Micro-Região Colonial do Rio do Peixe.

³ LAGO, 1978, p. 134.

⁴ CABRAL, 1970, P 333.

⁵ LAGO, 1978, P. 133

⁶ BREVES, 1985, p. 7 a 13.

cavalo e acessórios de montaria constituíam suas únicas posses. Ocasionalmente se empregavam junto a empreiteiros de erva-mate, obtendo assim algum dinheiro para a compra de munição, sal e aguardente. Breves descreve pormenorizadamente o desprezo que sentiam pelos novos colonizadores imigrantes, quando de sua chegada anos mais tarde, por seus hábitos, pela enxada e pelo trabalho feminino na roça, pelas cercas e cultivos sucessivos na mesma área.

Como de resto no Brasil, com o avanço do poder institucional sobre a região, a compra se tornou a única forma de acesso a terra. Para os caboclos, a chegada dos imigrantes solapou-lhes as bases de sua tradicional forma de vida. Tornaram-se os primeiros deserdados da terra. Muitos migrariam mais para o norte, para longe das cercas e da propriedade privada, porém logo esbarrariam na expansão cafeeira paulista adentrando-se pelo Paraná. Seus remanescentes, habitando as periferias das cidades, ainda hoje constituem o grosso dos trabalhadores agrícolas volantes na região.

2. Primeiras Vocações Econômicas

O extremo oeste catarinense apresenta topografia extremamente acidentada. As áreas mais planas se resumem às partes baixas dos vales e à estreita faixa de planalto que se espraia longitudinalmente junto à divisa com o Paraná. Daí até o rio Uruguai, fronteira com o Rio Grande do Sul, tem-se em média uma diferença de cota de 600 metros. Assim, todos os rios do extremo oeste catarinense deságuam no Rio Uruguai. Vale dizer que este foi exatamente o critério adotado no acordo que pôs fim à Guerra do Contestado, localizando-se a divisa entre Paraná e Santa Catarina exatamente no divisor de águas entre os rios Iguaçú e Uruguai.

As terras acidentadas das encostas e vales, embora adversas à grande exploração, apresentam solos de elevada fertilidade natural. Estas áreas eram tomadas pela Mata Sub-Tropical do Uruguai, exuberante e rica em madeiras nobres como Cedros, Imbúias, Ipês e Cabriúvas, entre outras. Já nos planaltos dominavam os extensos maciços de Araucária, com seu porte alto e elegante.

A pecuária se desenvolveu nas poucas manchas de campos limpos nos chamados Campos de Palmas, no entorno do atual município de Galvão, nos quais em 1916 se contavam 48 fazendas⁷. Lamentavelmente inexistem maiores registros sobre esta atividade, que remonta a concessões de terra feitas ainda pelo Estado do Paraná. Como não poderia deixar de ser, estas fazendas mantinham laços com o Estado vizinho, para onde o gado era transportado em tropas.

Em seu diário, Wenceslau Breves descreve a pobreza dos moradores de Chapecó, exceto ...

“ ... os fazendeiros criadores dos campos da margem direita do rio Chapecó, na divisa com o Paraná. Entre estes havia muita gente abastada, mas nunca era vista

⁷ PIAZZA, 1983, p. 183.

*na sede do município. Moravam em Palmas e Clevelândia (municípios paranaenses) e fazem todos os seus negócios com o Paraná.*⁸

Ao longo das décadas seguintes, estas grandes fazendas foram progressivamente desmembradas em unidades menores. O gado cedeu lugar à criação de ovinos e mais recentemente ao cultivo de soja.

A extração da erva-mate, abundante em toda a região, foi também de forte expressão econômica. As folhas eram coletadas geralmente em terras devolutas. Após a secagem, seguiam em lombo de cargueiros até o Rio Grande do Sul, onde eram beneficiadas e exportadas para países vizinhos. Cada empreiteiro comandava uma equipe de peões, em sua maioria caboclos que ao longo dos cinco meses de colheita podiam auferir ganhos monetários.

Antes da chegada dos colonos, a extração de madeira se limitava a poucos empreendimentos às margens do rio Uruguai. A madeira era exportada para a Argentina na forma bruta, em toras, em balsas que desciam o rio em anos de cheia.

3. Colonização e Acumulação Capitalista

A colonização do oeste catarinense por pequenos produtores imigrantes de origem europeia tem como marco inicial a construção do trecho catarinense da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, iniciado em 1908 pela empresa “Brazil Railway Co”, com sede em Portland, USA, tendo a frente nada menos que polêmico Percival Farquar. Como parte do pagamento, sua empresa receberia inúmeras concessões de terras numa faixa de 15 km às margens da estrada de ferro. Esta corta o Estado de Santa Catarina, partindo ao norte do município de Porto União, na fronteira com o Paraná, e, se estendendo pelo vale do Rio do Peixe, chega ao Rio Grande do Sul. Como boa parte destas terras já se encontrava ocupada, a B. R. Co recebeu em troca vastas concessões no Extremo Oeste Catarinense. Braço da B.R. Co, a “Brazil Developemt & Colonization Co.” é criada em 1912 com o fito de explorar estas concessões no sul do Brasil. Uma de suas filiais, a “Shouthern Lumber & colonization Co.”, grande beneficiária dos desfechos da Guerra do Contestado em 1916, montou duas serrarias no Planalto de Canoinhas e uma terceira mais abaixo no Vale do Rio do Peixe.

Em 1914 a B.D.&C.Co. inicia uma ampla campanha de venda das novas terras junto às antigas colônias de migrantes europeus n Rio Grande do Sul⁹. A colônia Bom Retiro, no atual município de Joaçaba, às margens do Rio do Peixe, é a primeira a ser colonizada já em 1916 por descendentes de alemães do Estado vizinho. Neste mesmo ano, é firmado um contrato entre o governo do Estado de Santa Catarina e a B.D.&C.Co., pelo qual esta se obriga a colonizar o oeste catarinense

⁸ BREVES, 1985, P 38.

⁹ PIAZZA, 1983, p. 532 a 538.

num prazo de 15 anos, a contar de 1. de janeiro de 1932, sob pena de as terras reverterem ao Estado. A companhia deveria demarcar lotes menores de 20 a 25 ha - localmente chamados de “uma colônia”- e lotes maiores, de 1.000 ha, onde a topografia permitisse explorações agropastoris, bem como construir as devidas estradas vicinais. Ao todo, a B.D. & C.Co. obteve 569.057 ha em concessões de terra a oeste do Rio do Peixe, dos quais 419.129 ha na Micro Região Colonial Oeste Catarinense.

Ao longo das décadas seguintes, a estratégia da colonizadora se pautou pelo repasse de suas concessões e obrigações a outras empresas. Caso exemplar constitui a Bertaso, Maia e Cia¹⁰, fundada em 1918, em Santa Catarina por Agilberto maia, então prefeito do município gaúcho de Guaporé, Manoel Passos Maia e Ernesto F. Bertaso. Em 1920 esta firma adquire 100.000 ha de terras junto ao governo do Estado, na margem esquerda do Rio Chapecó. Em seguida, como pagamento pela construção da estrada Passo do Goyo-em/Passo dos Índios (sede do município de Chapecó), recebe do governo do Estado uma fazenda em Chapecó com 53.818 ha e outra com 28.820 ha em Rodeio Bonito. Esta última foi repassada posteriormente à firma Irmãos Lunardi para fins de colonização. Junto a B.D. & C.Co. comprou a fazenda Rio Saudades, com 91.363 ha. Nos 224.924 ha que chegou a controlar, a Bertaso assentou mais de 8.000 famílias provenientes do Rio Grande do Sul.

As concessões da B.D. & C.Co. localizadas no extremo oeste, entre o Rio das Antas, o Rio Pepery-Guaçú (fronteira com a Argentina) e o Rio Uruguai (fronteira com o Rio Grande do Sul) foram contratadas pela empresa Chapecó pepery Ltda, com sede em Carazinho R.S. Em 1921 é fundada Porto Feliz de Monday, hoje Mondaí, às margens do Rio Uruguai, colonizada por teuto-brasileiros provenientes da cidade gaúcha de Panambí e por migrantes vindos diretamente da Alemanha.

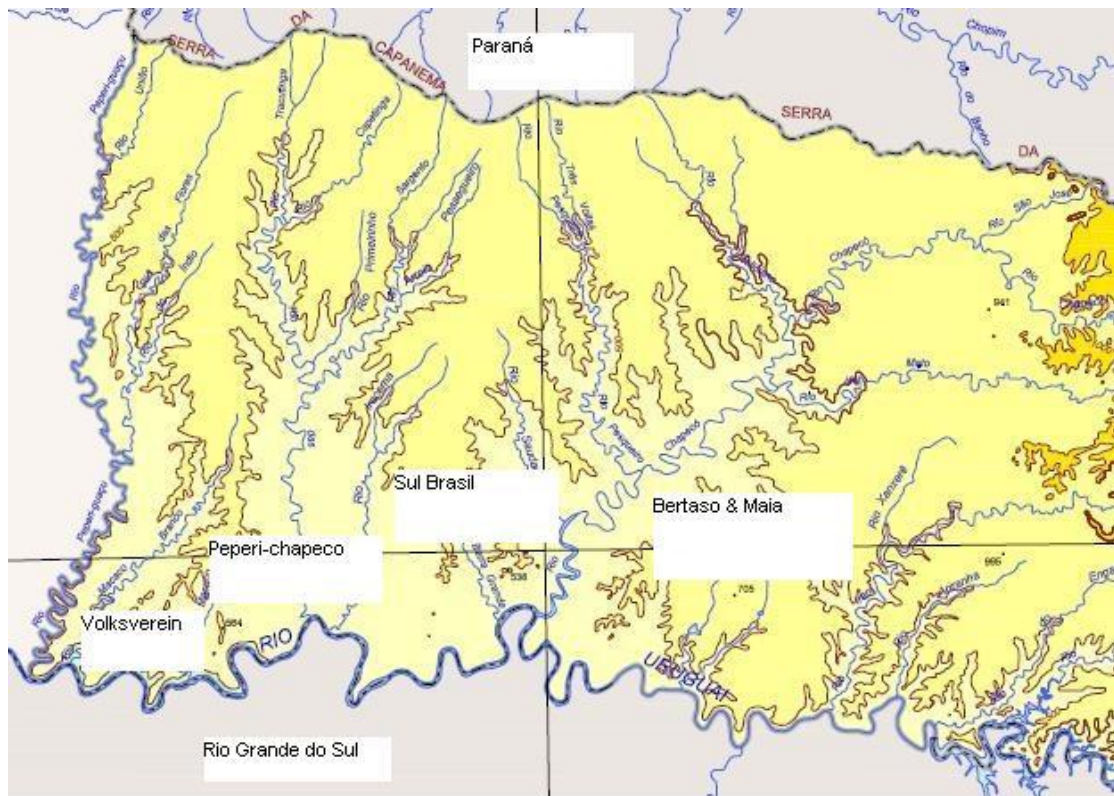
A “Volkverein für die deutschen Katholiken” (União popular para católicos alemães), regionalmente conhecida apenas por Volkverein, foi criada por padres alemães católicos da Cia. de Jesus para fazer face aos excedentes populacionais gestados nas antigas colônias gaúchas. Em 1925, a Volkverein adquire 58.000 há junto a Chapecó-Peperi, entre os Rios Uruguay, Peperi-Guaçú e Rio das Antas. Os primeiros colonos foram trazidos pelo Pe. Max de Lamberg, que funda a colônia de Porto Velho, atual município de Itapiranga. Aqui, aos imigrantes alemães gaúchos e da Alemanha, somam-se também alemães católicos provenientes do município de São Ludgero, no sul de Santa Catarina. Já nas colônias da Chapecó-Pepery Ltda. se destinaram a alemães luteranos. Entre as colonizadoras se destaca ainda a Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, que adquiriu três concessões, perfazendo cerca de 76.000 ha. Em 1923 esta foi adquirida pela Cia Territorial Sul Brasil, com sede em Porto Alegre. Houve ainda colonizadoras menores, quase todas com sede no vizinho Estado do Rio grande do Sul, que, via de regra adquiriam glebas junto a colonizadoras maiores.

¹⁰ Os relatos seguintes sobre a atuação das colonizadoras foram extraídos das obras de PIAZZA (1983), CABRAL (1970) e LAGO (1978).

A venda de terras e o assentamento de pequenos produtores familiares logo se firmaram como a forma mais lucrativa de aproveitamento das vastas concessões de terra no extremo oeste catarinense. Até mesmo antigas fazendas se converteram em projetos de colonização. Estes eram precedidos por intensa campanha publicitária nas tradicionais colônias gaúchas. Ao contrário de outras regiões do Brasil, não se formou localmente um elite agrária com sólidos interesses na manutenção de vastos domínios territoriais. Desde o início, tratou-se do avanço de uma economia dinâmica e expansiva que, até os dias de hoje, tem na pequena produção familiar a sua base primeira e principal sustentáculo.

Mapa 1

Área de Ação das Colonizadoras M.R.C.O.C.



Fonte: IBGE, mapa hidrográfico de Santa Catarina.

A fase inicial da colonização do extremo oeste de Santa Catarina pode ser visualizada no mapa 1. A partir do Rio Peperi-Guaçu, na fronteira com a Argentina, tem-se a área de atuação da Volkverein, iniciada em 1925 com a chegada de imigrantes alemães católicos ao atual município de Itapiranga. A partir daí, até o Rio das Antas, tem-se a área de atuação da Chapecó-Pepery, responsável pela fundação de Monday em 1922, colonizada por alemães luteranos. Do Rio das Antas em direção

ao norte, passando pelo Rio Chapecó e estendendo-se até Campo Erê, na divisa com o Paraná, tem-se a zona de atuação da Sul Brasil, responsável pela criação de colônias alemãs como os atuais municípios de Palmitos e São Carlos. Por fim, nos arredores de Chapecó e ao leste (atuais municípios de Xanxerê, Xaxim, Coronel Freitas etc.) tem-se a área de atuação da Bertaso, que inicia a colonização da região já em 1920 com imigrantes de origem italiana. Reproduz-se no extremo oeste de Santa Catarina o mesmo padrão de distribuição espacial dos imigrantes ocorrido Rio Grande do Sul. Os alemães ocupam as encostas do vales e os italianos as áreas mais planas acima. Da mesma forma, se mantêm os rígidos padrões de separação religiosa entre os alemães.

4. O Fluxo Migratório

Determinar o montante de imigrantes que se deslocou para o extremo oeste de Santa Catarina entre as décadas de 1920 a 1970 não é tarefa das mais fáceis, dada a escassez de dados estatísticos. Por conseguinte, a avaliação deste fluxo se dará por meio de proxies, tais como evolução demográfica, surgimento de novos distritos e municípios e ocupação fundiária.

Para um melhor acompanhamento da evolução demográfica da região, a mesma será dividida em três cortes longitudinais, no sentido leste/oeste. O primeiro deles, às margens do rio Uruguai, compreende os municípios¹¹ de Itapiranga, Monday, Caibi, Palmitos, São Carlos, Águas de Chapecó, Caxambú do sul e Chapecó, perfazendo um total de 3.433 km². O corte central, às margens da atual Br. 282, abrange os municípios de São Miguel d'Oeste, Guaraciaba, Descanso, Romelândia, Maravilha, Cunha Porã, Pinhalzinho, Modelo, Saudades, Nova Erechim, Coronel Freitas, Xaxim, Xanxerê, Fachinal dos Guedes e Vargeão, num total de 5.045 km². No terceiro corte, junto à divisa com o Paraná, estão os municípios de Dionísio Cerqueira, Palma Sola, Guarujá do Sul, Campo Erê, São José dos Cedros, Anchieta, Galvão, Quilombo, São Lourenço do Oeste, São Domingos e Abelardo Luz, com área total de 5.742 km².

Chapecó foi o primeiro município criado na região, em 1917. Os desdobramentos que geraram os demais municípios ocorreram todos após 1950. Em consequência, as análises referentes aos censos demográficos de 1920, 40 e 50 se baseiam em dados distritais que não correspondem exatamente às áreas dos 34 municípios acima listados. Em 1920, o corte 1 era formado pela localidade de Passo Bormann (atual Chapecó) e pelo distrito de Caxambú. No corte 2 se encontravam os distritos de Xanxerê (local da antiga colônia militar de Chapecó). No corte 3, estavam os distritos de Chapecó Grande (atual Abelardo Luz), Campo Erê e Dionísio Cerqueira.

O censo de 1920, que antecede à chegada dos primeiros colonos, contabiliza no extremo oeste catarinense 11.315 habitantes, 43% dos quais concentrados no corte 3. A década de 1920 marca o

¹¹ Dados os objetivos deste trabalho, desconsideramos os desdobramentos de municípios ocorridos após o censo de 1980.

início da chegada dos colonos. Infelizmente, a não realização do censo de 1930 dificulta a análise da evolução da imigração nesta década. O surgimento de novos distritos, no entanto, fornece algumas pistas. Em 1919 cria-se o distrito de São Domingos, sede da antiga fazenda de mesmo nome. Em 1921 são criados os distritos de Passarinho (hoje Palmitos) e Guatambú (ambos no corte 1) e Xaxim (corte 2), localidade esta já existente desde o século XIX. Em 1926 surge o distrito de Monday, às margens do Rio Uruguai (corte 1). Itapiranga (corte 1), cuja colonização iniciou em 1925, é elevada a condição de distrito em 1932.

A década de 1930 é marcada pela crise internacional, que também se abateu sobre as colonizadoras, agora enfrentando dificuldades em realizar seus lotes junto aos agricultores das colônias tradicionais do Rio Grande do Sul. Apenas em 1938 é criado um novo distrito, desta vez São Carlos (corte 1), também às margens do Rio Uruguai, indicando o retorno do fluxo migratório. Assim, dos sete distritos de Chapecó criados até 1940, dois já eram povoados anteriormente, respectivamente nos corte 2 e 3. Os cinco outros novos distritos efetivamente criados se localizam todos às margens do Rio Uruguai.

Em 1940, Chapecó contava com 44.327 habitantes, 33.012 a mais que em 1920, num crescimento vertiginoso a taxas médias anuais de 7,1 % ao ano. O corte 1 detinha agora 61,1 % da população total e crescia em média 10,7 % a.a, ante os 4,8% e 3,9% respectivamente nos cortes 2 e 3. Neste período, a taxa média de crescimento anual da população nos três Estados do Sul do Brasil foi de 2,3%. Tomando-a como parâmetro de crescimento vegetativo da população da M.R.C.O.C.¹², a região teve um saldo migratório de 10.340 indivíduos, dos quais 82,1% se localizaram no corte 1, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Estimativa dos saldos migratórios da M.R.C.O.C – 1920/197.0

Período	Saldo Total	%	Corte 1	%	Corte 2	%	Corte 3	%
1920/40	10.340	7,2	8.489	82,1	1.059	10,2	792	7,7
1940/50	22.801	15,9	15.827	69,4	5.248	23,0	1.726	7,6
1950/60	48.664	33,9	-3.137	-6,4	35.143	72,2	16.658	34,2
1960/70	61.730	43,0	7.566	12,3	27.960	45,3	26.204	42,4
Total	143.535	100,0	28.745	20,0	69.410	48,3	45.380	31,7

Fonte: IBGE. Elaborada pelo autor, a partir dos censos demográficos do IBGE.

¹² Este procedimento será replicado para os dados dos censos posteriores.

Os dados para 1950 revelam que o município de Chapecó, com os mesmos distritos de 1940, detinha 96.624 habitantes. O fluxo migratório aumentou e a população crescia a taxas médias de 8,1% a.a.. A estimativa de saldo para a década é de 22.801 imigrantes, 69,4% dos quais concentrados no corte 1. O corte 2, entretanto, já respondia por 23% deste total.

Com o rápido crescimento populacional, assiste-se na década seguinte a criação de novos distritos e a emancipação de muitos deles¹³. Em 1960, a então zona oeste, que corresponde à micro-região em estudo, contava em seus 17 municípios e 25 distritos com 241.317 habitantes, o que corresponde a um crescimento populacional a taxas médias de 7,7% ao ano. No corte 1, esta taxa ficou em 3,7% ao ano, abaixo dos 4,1% médios anuais dos três Estados da região sul. Apesar dos dados superestimados, o corte 2 se configura agora como grande atrator de imigrantes, respondendo por 72,2% do total, seguido pelo corte 3 que finalmente se estabelece como destino de uma grande massa de imigrantes, respondendo por 34,2% do total.

Entre 1960 e 1970, a população do extremo oeste de Santa Catarina (agora denominado Micro-Região Colonial Oeste Catarinense) se expandiu em 83%, o que corresponde 6,2% a.a., taxa menor que a da década anterior, porém ainda muito acima dos 2,5% anuais médios da região sul. Estima-se em 61.730 o número de imigrantes chegados nesta década, cujo destino se concentrou nos cortes dois e três. Tem-se, portanto, um saldo acumulado de 143.535 imigrantes no período.

O censo de 1980 já revela uma queda acelerada na taxa de crescimento populacional da região na década de 1970, agora em torno de 2,85% ao ano. Mais expressiva ainda é a queda na taxa de crescimento da população rural, que se reduz a 0,4%, 0,5% e 1,6% ao ano, respectivamente nos cortes um e dois e três¹⁴. Como estes valores são médias anuais para a década, muito provavelmente já estariam próximas ou abaixo de zero ao final do período.

Cerca de 90% do território da M.R.C.O.C (1.279.800 ha) são passíveis de ocupação por estabelecimentos rurais, o que se aproxima dos 87,4% efetivamente ocupados em 1980¹⁵. Tomando-se uma colônia (25 ha) como módulo de área, poderiam se formar 51.192 estabelecimentos rurais, dados estes muito próximos dos 53.072 estabelecimentos efetivamente computados pelo censo agropecuário de 1970, com área média de 19,5 ha. Da mesma forma que os dados censitários, os dados fundiários apontam para o fechamento da fronteira agrícola no mesmo período. Outrora atrator de imigrantes, a partir da década de 1970 o extremo oeste catarinense passa a gerar seus próprios excedentes de população rural que agora migram tanto para os centros urbanos regionais, quanto para novas áreas de fronteira no país, como Mato Grosso e Rondônia.

¹³ Em consequência, haverá uma superestimação dos dados do corte 2 para o censo de 1960, em detrimento do corte 1, já que em alguns casos, como Saudade e Pinhalzinho, a população antes computada no corte 1 passou a ser computadas no corte 2.

¹⁴ IBGE, Censo Demográfico 1980.

¹⁵ IBGE, Censo Agropecuário, 1980.

5. Natureza e Acumulação Capitalista no Extremo Oeste Catarinense

Na fase inicial de colonização, entre 1920 e 1940, os colonos recém chegados ao extremo oeste catarinense eram em sua maioria filhos de pequenos produtores gaúchos, cujas terras não mais podiam para abrigar a nova geração. Assim, como mandavam as tradições de então, os pais compravam terras na fronteira agrícola de então, inicialmente no Alto Uruguai Gaúcho e posteriormente em Santa Catarina, onde os filhos poderiam constituir família numa nova propriedade agrícola. Parte dos imigrantes era formada por famílias que já detinham terras no Estado vizinho, mas que, de tão exíguas, não mais comportavam a reprodução familiar. A sua venda permitia adquirir áreas maiores na fronteira.

A vida dos colonos recém chegados não foi das mais fáceis. A mata era densa e terreno deveria ser limpo para a plantação. Isolados em meio ao vazio demográfico e frente à precariedade dos meios transportes, os colonos restringiram suas atividades produtivas basicamente à subsistência familiar, em contraste com a florescente produção mercantil já praticada nas colônias de origem.

O progressivo desbravamento das matas, entretanto, permitiu o acesso a novos ervais. Não tardaram a surgir novas turmas de empreiteiros contratados pelos próprios colonos para a exploração da erva-mate de suas terras. O Guia do Estado de Santa Catarina de 1927¹⁶ registrava duas grandes casas exportadoras de erva-mate. Este número sobe para três em 1935 e 21 em 1941. Para o colono, o arrendamento dos ervais proporcionava uma pequena fonte de renda monetária para fazer face às despesas com produtos industriais. Infelizmente, a ocorrência de erva mate era menos intensa nos vales próximos ao Rio Uruguai, onde inicialmente se fixaram colonos de origem alemã.

Por outro lado, quando de suas cheias, o Rio Uruguai era uma excelente via fluvial voltada para a região Platina. A exportação de madeira em toras para a Argentina, já praticada anteriormente, sofreu forte impacto com a chegada dos colonos. O desbravamento da floresta virgem produzia grandes quantidades de toras de madeira de excelente qualidade. Estas eram arrastadas até as margens do Rio Uruguai por três ou quatro juntas de bois. Aí eram amarradas, formando toscas balsas, sobre as quais eram construídas pequenas cabanas para os peões, e conduzidas ao exigente mercado argentino.

A madeira da floresta constituía uma espécie de fundo natural para os colonos recém-instalados. Sua venda dotava-os de uma reserva financeira para enfrentar a dureza dos primeiros anos. Não tardaram surgir os assim chamados “Engenhos de Serra”. Eram barracões precários que abrigavam máquinas a vapor ou movidas por força hidráulica destinados a desdobrar as toras de madeira em tábuas e afins. Embora a exportação de madeira em toras tenha ainda persistido por muito

¹⁶ ENTRES, 1927.

tempo, os engenhos de serra tomaram-lhe progressivamente o lugar. A favor destes estava a crescente demanda local para a construção de casas dos próprios colonos.

Os primeiros engenhos de serra eram de propriedade das empresas colonizadores que diversificavam a assim suas atividades. Dos engenhos listados em 1927¹⁷, um estava ligado à colonizadora Irmãos Bertaso, outro à colonizadora Irmãos Lunardi e um terceiro à Peperi-Chaçecó. Entre estas se desenvolveu a prática de primeiro explorar a madeira, para só depois vender as terras aos colonos. A fartura das reservas nativas ensejou o surgimento de muitas serrarias autônomas entre os próprios imigrantes. Logo adotaram práticas semelhantes àquelas dos engenhos de serra: compravam terras e, após explorar a floresta, as revendiam para adquirir novas terras intocadas, reembolsando assim sucessivamente o capital inicial investido.

A julgar pelos inúmeros depoimentos¹⁸, as exigências para montar uma pequena serraria não eram muitas. Resumiam-se basicamente à compra de uma máquina a vapor (geralmente importadas da Alemanha, via Rio Grande do Sul), lâminas e mecanismo de transmissão, que eram montados localmente sobre uma estrutura de madeira. Pequenos e desmontáveis, os engenhos de serra eram itinerantes, podendo ser transportados para novas áreas, deixando para trás as terras para colonização. Em 1927, O cadastro industrial do Estado de Santa Catarina¹⁹ apontava a existência de 32 serrarias em Chapecó, 30 delas às margens do Rio Uruguai e duas no atual município de Xanxerê. Nas décadas seguintes, os engenhos de serra se deslocam progressivamente no rastro e, por vezes, a frente do movimento colonizador rumo ao corte dois, para, finalmente nos anos 50 e 60 esgotarem as ricas reservas dos maciços de araucária nos planaltos próximos ao Paraná. Esta rápida expansão muito se beneficiou da melhoria da malha rodoviária da região, cuja construção e manutenção fora progressivamente encampadas pelo Governo do Estado e pelos Municípios. Já nos anos 40 era possível o acesso ininterrupto à estrada de ferro no Vale do Rio do Peixe. Assim, pelas próximas três décadas até 1970, o extremo oeste catarinense de Santa Catarina se tornou um dos principais fornecedores de Madeira para o Centro-Sul do Brasil.

Grosso modo, a exploração da madeira nativa, ao lado da extração da erva-mate, foi a principal atividade econômica do extremo oeste catarinense até meados dos anos 1950. Este regime de acumulação capitalista *sui generis* na história econômica brasileira conjugava exploração de reservas naturais e colonos recém chegados. Estes, além de fornecer mão-de-obra, financiavam a expansão dos engenhos de serra ao adquirirem terras já exploradas. Para muitos dos imigrantes, o trabalho assalariado nas serrarias funcionava como uma espécie de trampolim, permitindo a formação de uma pequena poupança para a compra de terras²⁰.

¹⁷ Idem,

¹⁸ CAMPOS, 1986, P. 113.

¹⁹ IBGE, 1938.

²⁰ CAMPOS, 1986, P. 113.

A pujança deste regime de acumulação teve na sua força motriz os seus próprios limites. Com o fechamento da fronteira nos anos 60 e o esgotamento das reservas florestais, das serrarias restaram apenas fotos envelhecidas e equipamentos enferrujados expostos em inúmeros pequenos museus que retratam a colonização da região. As serrarias em muito contribuíram para a integração econômica da região à economia do Sul e Sudeste do Brasil. Se as colonizadoras acumulavam excedentes em seu Estado de origem, as serrarias fomentaram largamente a atividade comercial na região. A conformação de capitais comerciais locais será de fundamental importância para os rumos futuros da economia da região.

6. Fronteira e Acumulação agroindustrial

Por volta de 1940, passadas quase duas décadas desde o início de colonização, a florescente atividade comercial induzida pela atividade madeireira contrastava fortemente com as dificuldades econômicas enfrentadas pelos colonos no meio rural, apesar da experiência com a agricultura comercial trazida das colônias antigas²¹. Os dados da tabela dois para Chapecó em 1940 retratam uma agricultura de baixa produtividade, basicamente destinada à subsistência familiar. A produção de carne bovina se restringia às fazendas da faixa norte da região. Apenas mandioca e milho eram produzidos em quantidades mais expressivas, porém eram igualmente consumidos internamente na alimentação da criação. A pequena produção de porcos abastecia os mercados locais, principalmente com banha e cortes de carne nela conservados. No entanto, já estavam em maturação as forças econômicas que determinariam uma profunda transformação neste quadro.

Tabela 2 Produção Agropecuária e por Pessoal Ocupado na Agricultura – Chapecó/1940.

Produto	Produção	Produção/pessoal ocupado/dia
Carne bovina	175.750 kg	0,40 kg
Carne suína	2.536.900 kg	0,60 kg
aves	1.746.672 cabeças	0,40 cabeças
Batata	911.000 kg	0,21 kg
Trigo	475.000	0,11 kg
Arroz	235.000	0,05 kg
Feijão	780.000	0,18 kg
Mandioca	20.863.000 kg	4,89 kg

²¹ A esse respeito, ver: GODINHO, 1980.

Milho	14.518.000 kg	3,40 kg
Leite	433.000 litros	0,10 litros

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1940, elaborada pelo autor.

Até então, o extremo oeste catarinense era uma espécie de colônia comercial do Rio Grande do Sul, com destaque para Santa Cruz do Sul, de onde fluíam produtos manufaturados e para onde seguia a produção regional de erva-mate. Tão logo chegaram, muitos pequenos produtores familiares tanto de origem alemã quanto italiana se dedicaram ao cultivo comercial do fumo, cultura tradicional nas colônias de origem. Os freiteiros, como eram chamados os intermediários do fumo, compravam o produto junto a pequenos comerciantes locais e os revendiam a firmas processadoras em Santa Cruz do Sul. Apesar de pouco expressivo, este fluxo comercial, doravante denominado Norte/Sul, foi o primeiro no qual os colonos do extremo oeste catarinense puderam se inserir, visando auferir rendas monetárias.

A crise que se abateu sobre a tradicional indústria do fumo em Sta. Cruz do Sul²² nos anos 1940 interrompe bruscamente o fluxo Norte/Sul e jogaria nossos colonos novamente na condição de produtores de subsistência, não fosse o surgimento e crescimento progressivo de um novo fluxo comercial para escoamento da produção familiar do extremo oeste catarinense: o fluxo Leste/Oeste. Para tal contribuiu não só o desenvolvimento da rota comercial de madeira para o Vale do Rio do Peixe, mas também e de forma decisiva uma mudança no fluxo migratório para o oeste catarinense nos anos 1940.

Ao contrário de décadas anteriores, a imigração italiana passa a predominar sobre a alemã, fato este que já ocorrerá anteriormente no Vale do Rio do Peixe. Entre os teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros era comum a criação de porcos para a subsistência familiar, porém estes últimos não tinham tradição no cultivo do fumo. Desde sua chegada, estavam ávidos a procura de oportunidades comerciais. Para compreender o surgimento da nova rota comercial em torno da produção de suínos nas colônias de imigrantes, faz-se mister adentrar na história econômica do Vale do Rio do Peixe, ao longo da estrada de ferro Rio Grande do Sul/ São Paulo.

Conforme relatos de Atilio Fontana, em seu livro de memórias, em 1923 ...

“... ali na colônia, (no atual município de Joaçaba, às margens do Rio do Peixe e da Ferrovia), já havia uma criação apreciável de porcos, desenvolvida pelos lavradores, mas faltava mercado comprador para a região”²³.

²² GODINHO, 1980.

²³ Fontana, 1980, p.50.

A estrada de ferro permitia um escoamento rápido e fácil de excedentes locais para o principal mercado consumidor do Brasil: o Estado de São Paulo, onde o cultivo quase que exclusivo de café gerava uma forte demanda por gêneros alimentícios. Embora tivesse sido projetada para abastecer São Paulo com a produção das colônias do Rio Grande do Sul, a estrada de ferro abriu um amplo leque de oportunidades para o incipiente capital comercial nas colônias do oeste catarinense. Desde logo, comerciantes locais passaram a comprar suínos junto aos colonos e os revendiam ainda vivos nas praças de Osasco e Itararé, ambas em São Paulo, trazendo em retorno produtos manufaturados.

Atílio Fontana prossegue:

“... a par de minha atividade como enfiador, comecei a fazer pequenos negócios com suínos, comprando e vendendo lá mesmo com algum lucro ... quando chegou 1924, eu já tinha um importância razoável ... Comprava suínos em Bom Retiro (Joaçaba) e ia negociá-los em Itararé”²⁴.

A demanda crescente dos comerciantes, ávidos em ampliar os seus negócios, ampliou a busca por suínos para muito além de Joaçaba e das margens do Rio do Peixe. Em fins de 1920, a firma de Atílio Fontana, agora associada a capitais comerciais paulistas, já comprava suínos desde Caçador, mais ao norte, a Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul. A década de trinta é marcada por um processo gradativo de associação e centralização de capitais comerciais locais, forjados no intercâmbio com São Paulo, conformando grandes casas comerciais, as quais eram abastecidas por pequenos comerciantes das áreas vicinais.

Em 1943, sob o comando de Atílio Fontana, funda-se a Sociedade Anônima Indústria e Comércio Concórdia, no município catarinense de mesmo nome, rebatizada no ano seguinte de SADIA (S.A. ConcórdIA). Três anos antes, em 1940, no Vale do Rio do Peixe e também fruto da associação de capitais locais, fora criada a PERDIGÃO S.A.²⁵ Em 1942 surge a Comércio e Indústria Pagnoncelli, fundada pelo comerciante de mesmo nome. Estava dado o pulo do gato para suplantar a fase de acumulação capitalista meramente comercial, convertendo-a em acumulação agroindustrial. Os suínos nas mais eram transportados vivos, mas sim localmente abatidos e processados. Banha e a carne in natura nela acondicionada constituíam inicialmente os principais produtos comercializados.

Não tardaram a se fazer no extremo oeste catarinense as condições para a gestação de seus próprios empreendimentos agroindustriais. De fato, em 1952 começa a funcionar o frigorífico da SAIC – Sociedade Anônima Indústrias Chapecó. Quatro anos mais tarde é criado o frigorífico SEARA, no município de mesmo nome entre Chapecó e Concórdia. A SAFRITA – S.A. frigorífico

²⁴ Ídem, p. 72.

²⁵ A fusão de ambas em 2009 deu origem à BRF Brasil foods S.A., um dos maiores player mundiais do setor alimentício e principal exportador brasileiro de proteínas.

Itapiranga – é criada em 1962. Em 1969 surge em Chapecó o Frigorífico Eliane, empreendimento ligado a COOPERCENTRAL – Cooperativa Central Oeste Catarinense.

O frigorífico é um empreendimento qualitativamente distinto de uma casa comercial. O acesso de forma competitiva aos mercados consumidores exige volumes de processamento de suínos suficientemente elevados a ponto de proporcionar economias de escala e, conseqüentemente, retorno aos fortes investimentos tanto em equipamentos agroindustriais quanto em logística de transporte.²⁶ Portanto, a mudança qualitativa para acumulação agroindustrial teve como pressupostos históricos 1) o acesso privilegiado ao mercado consumidor do Centro-Sul do Brasil e 2) a ampliação da capacidade regional de produção de suínos promovida pela acumulação de capital comercial. Atingida esta nova fase, uma expansão ainda maior da acumulação de capital agroindustrial implica na expansão crescente da oferta de matéria-prima, alargando ainda mais a demanda por suínos.

Estavam dadas as bases para o fluxo comercial Leste/Oeste e a suinocultura se firma como principal atividade agropecuária, comercial e industrial do Vale do Rio do Peixe e do extremo oeste catarinense. Os dados da tabela 3 evidenciam esta expansão entre os pequenos produtores familiares. O rebanho de suínos se multiplica por 22,6 entre 1940 e 1970 e o número de suinocultores passa de 2.683 para 46.728.

Também para os pequenos produtores familiares do extremo oeste catarinense, a expansão do fluxo comercial Leste/Oeste inaugura uma nova fase, permitindo-lhes superar a mera produção de subsistência, propiciando a tão almejada integração ao mercado. Com ela, os colonos se tornaram produtores sistemáticos de mercadorias e, daí em diante, os suínos mercadorias “par excellence”. A reprodução familiar passa a ser fruto tanto da produção para o consumo interno quanto da interação com o mercado. Vale dizer que esta mudança é condição “sine qua non” para a própria acumulação agroindustrial, cuja demanda de forma alguma poderia ser suprida por “eventuais” excedentes dos pequenos produtores.

Tabela 3 – Evolução da Suinocultura na M.R.C.O.C. 1940-1980.

Ano	Rebanho	Produtores
1940	55.431	2.683
1950	243.444	9.228
1960	644.520	15.790
1970	1.253.779	46.728
1980	1.818.173	50.335

Fonte: IBGE – censo agropecuário.

²⁶ Sobre as pré-condições econômicas necessárias a formação de complexos agroindustriais, ver CAMPOS, 1994.

Tão logo chegavam, os novos colonos passaram a se dedicar à suinocultura. Nas colônias mais antigas próximas ao Rio Uruguai, a suinocultura se revelou um excelente substituto para o cultivo de fumo. Os porcos das raças rústicas tradicionais eram criados soltos em “mangueiras”, denominação regional para pequenos piquetes. As poucas instalações de manejo eram construídas em madeira, matéria prima bastante abundante naqueles idos. E, na esteira da criação de porcos, cresceu também a produção regional de milho (tabela 4), principal componente de sua alimentação.

Tabela 4 – Evolução da Produção de Milho na M.R.C.O.C. 1940-1980.

Ano	Área cultivada (ha)	Produção (ton.)	Número de Produtores
1940	-	14.518	-
1950	37.870	71.739	8.869
1960	101.037	222.746	25.191
1970	262.401	561.942	51.799
1980	447.119	1.097.207	62.833

Fonte: IBGE – censo agropecuário.

As relações entre os colonos e os frigoríficos se tornaram orgânicas e diretas. A intermediação de pequenos capitais comerciais, que outrora se interpunham entre estes, foi paulatinamente absorvida pelos próprios frigoríficos. Desenvolveu-se um processo simbiótico, onde a acumulação capitalista se baseava na extração sistemática de um excedente da produção familiar, mas que, ao mesmo tempo, garanti-lhe a reprodução e expansão. À natureza, soma-se agora o trabalho dos colonos como base da nova fase de acumulação de capital. Esta forma particular de acumulação capitalista, respeitados os devidos processos históricos, não se restringe ao oeste catarinense. Está presente em outras regiões coloniais do Brasil, como na fumicultura em Santa Cruz do Sul e a na Vinivicultura no Vale do Rio dos Sinos, ambos no rio Grande do Sul.

Ao longo de quase três décadas, a expansão da demanda por suínos terminados por parte dos grandes frigoríficos atendia a um mecanismo horizontal básico. Com a ocupação da fronteira agrícola, multiplicava-se o número de novas unidades produtivas familiares, cujo processo de mercantilização proporcionava uma oferta crescente de suínos. Assim, empresas como a Sadia e a Perdigão se tornaram grandes “players” no mercado nacional.

Os anos 1960, no entanto, marcaram o fechamento da fronteira agrícola do extremo oeste catarinense, alterando profundamente as condições de reprodução da pequena produção familiar e, conseqüentemente, de reprodução do grande capital agroindustrial a ela organicamente vinculado.

Historicamente se colocava a necessidade de profundas transformações para viabilizar uma nova fase de expansão da economia regional que, dadas as suas peculiaridades, passavam necessariamente por mudanças qualitativas nas relações entre a pequena produção familiar e o grande capital agroindustrial.

7. Fronteiras Tecnológicas e Institucionais

O fechamento da fronteira no Oeste Catarinense coincide historicamente com a implantação de um novo modelo de desenvolvimento econômico no Brasil já delineado nos anos 50, durante o governo JK e que se aprofunda posteriormente no regime de exceção. Neste, o setor de bens de consumo duráveis assume a condição de carro chefe da expansão da economia brasileira, cuja produção seria absorvida pela florescente classe média dos grandes centros urbanos brasileiros.

Este processo não se resumiu a automóveis. As geladeiras cada vez mais frequentes nos lares da classe média brasileira impulsionaram a demanda urbana por alimentos processados. Não mais o consumo de banha e carne suína in natura, mas sim de frescais, tais como linguiças, presuntos, mortadelas e embutidos de toda sorte experimenta um rápido crescimento, abrindo novas oportunidades para os frigoríficos do oeste catarinense. A título de ilustração, em 1953 o grupo Sadia adentra no setor de aviação, alugando aviões para o transporte destes produtos mais nobres, com maior valor específico. Iniciativa esta que desembocaria mais tarde na criação da empresa de transporte aéreo Transbrasil S.A.

Entretanto, expansão do novo e altamente lucrativo mercado de frescais, esbarrava em duas limitações estruturais da suinocultura no oeste catarinense. A primeira refere-se ao esgotamento da capacidade de expansão da produção de suínos em face do fechamento da fronteira. A segunda se atem ao modelo tecnológico da criação de suínos até então praticado na região.

As tradicionais raças de suínos criadas até então no oeste catarinense, rústicas, com baixo rendimento de carcaça e espessa camada de toucinho, se adequavam muito bem tanto à produção de banha quanto às precárias condições de manejo do rebanho. Inaugurada a fase de produção mercantil dos suínos, assiste-se não a uma especialização, mas sim a um rearranjo das atividades produtivas das unidades familiares. Chiqueirões são construídos e uma parcela maior de terras é destinada ao cultivo de milho, já que restos de comida não mais eram suficientes para alimentar o rebanho crescente. No entanto, uma parcela importante do trabalho ainda se destinava à subsistência familiar.

As disponibilidades internas de terra e trabalho, na forma em que estavam organizados no tradicional processo de trabalho familiar, restringiam fortemente a capacidade de expansão da produção de suínos mesmo nas unidades familiares já mercantilizadas. Tal fato, associado ao fechamento da fronteira, limitava a própria expansão econômica dos frigoríficos, alijando-os

igualmente do acesso a nichos de mercado mais lucrativos, cuja exploração exigia melhora significativa na qualidade dos suínos fornecidos pela produção familiar.

A solução deste impasse deu-se historicamente por um processo gradativo de ingerência dos grandes frigoríficos no processo de produção das unidades familiares. A primeira iniciativa partiu do próprio Grupo Sadia que, nos anos 50, introduziu regionalmente a raça de suínos norte-americana Duroc-Jersey, de pelagem vermelha. Nos anos 60, é a vez das raças europeias Landrasse e Large-White, de pelagem branca. A simples introdução de novas raças é prenhe de consequências técnicas e econômicas. As linhagens geneticamente melhoradas apresentam melhor rendimento de carcaça e, portanto, menor espessura de toicinho, se prestando para fins mais nobres. Muito mais precoces - ao invés dos 14 meses anteriormente exigidos - já aos oito meses atingem o peso ideal, quando os suínos devem ser abatidos, aproveitando o ponto ótimo da curva de conversão alimentar, significativamente melhor entre as novas raças. Isto exige um complexo mecanismo de coordenação entre fornecedores de suínos terminados e frigoríficos com o fito de evitar perdas sistêmicas de produtividade. Por outro lado, para desenvolverem todo o seu potencial genético, as novas raças de suínos exigem rações balanceadas, ricas em proteínas e adequadas a cada estágio de vida dos suínos. Exigem igualmente melhores cuidados sanitários e instalações higiênicas e adequadas. Consequentemente, aumentam em muito tanto os investimentos necessários para erguer novas instalações, quanto os gastos monetários para a compra de insumos protéicos e produtos veterinários.

Grosso modo, pode-se caracterizar a introdução das novas raças como o primeiro passo para a perda do domínio técnico do processo produtivo por parte dos pequenos produtores familiares. Ocorre simultaneamente a perda das condições de reposição da totalidade do processo produtivo. Material genético, produtos veterinários e, principalmente, concentrados protéicos e vitamínicos são agora no mercado²⁷ e pré-condição para a reprodução do processo produtivo familiar.

Para estimular a criação das novas raças, os frigoríficos adotaram inicialmente uma estratégia bastante simples, elevando em até 20%, de acordo com a qualidade da carcaça, o preço pago aos porcos de raças brancas e vermelhas. De forma isolada, tal prática logo se revelou ineficiente como indutora de mudanças na suinocultura do oeste catarinense, tendo em vista as dificuldades técnicas e a baixa capacidade de investimento reinante entre as pequenas unidades familiares, além de implicar em aumento dos custos de obtenção de matéria prima para os frigoríficos.

Tabela 5 - Evolução das Relações de Integração e da Produção na Suinocultura Catarinense 1978/1986.

Ano	1978	1982	1986

²⁷ Este processo, Sorj, Wilkinson & Goodman denominam “apropriacionismo”, entendido como a apropriação gradativa pela agroindústria a montante de parcelas do processo de trabalho da agropecuária.

Número de integrados	2.304	9.958	23.936
Produção (cabeças)	---	1.782.482	3.063.808
% do Abate SIF	---	60,4%	82,4%

Fonte: Instituto CEPA/SC 1986.

Um rearranjo institucional introduzido nas relações entre a pequena produção familiar e as agroindústrias veio a trazer uma solução mágica e transformadora. Em 1964, o Grupo Sadia cria o primeiro departamento de fomento ao pequeno produtor rural. Esta iniciativa pioneira logo seria adotada pelos outros grandes frigoríficos. Cinco anos mais tarde já existiam 1.200 unidades familiares integradas a estes departamentos em Santa Catarina²⁸. Em 1986, os 23.936 suinocultores integrados aos grandes frigoríficos de Santa Catarina (tabela 5) já respondiam por 82,4% do abate SIF do Estado.

Os dados da tabela 6 são reveladores. Na década de 1950, o abate SIF de suínos em Santa Catarina cresceu 40,2%, basicamente graças ao mecanismo de ocupação da fronteira e mercantilização da produção de suínos. Na década seguinte, já sob forte diminuição do impacto deste mecanismo, o abate cresce 52,9 %, refletindo o novo modelo de expansão da suinocultura que se consolida na década de 1970, quando o abate cresce impressionantes 222,7%. Os impactos sobre a produtividade chamam igualmente a atenção. Entre 1969 e 1976²⁹, entre os suinocultores integrados, o número médio de leitões obtidos por matriz sobe de 5,5 para 14,6 a.a. e a taxa de desfrute³⁰ de 61% para 169 %. No mesmo período, o número médio de suínos terminados por família por ano se eleva de 21 para 141 cabeças.

A verticalização das relações entre os grandes frigoríficos e seus fornecedores de matéria-prima por meio de contratos de integração constitui um arranjo institucional totalmente novo, sob o qual os mecanismos de coordenação do mercado são parcial ou totalmente substituídos por relações contratuais entre entendidas jurídicas. A ação dos departamentos de fomento extrapola em muito a simples assistência técnica, pois adiantam todos os insumos necessários à produção, os quais serão descontados somente no momento da compra dos suínos terminados. Em troca, o produtor se obriga contratualmente a entregar toda produção a preços de mercado vigentes no dia. Aos suinocultores cabe fornecer a mão-de-obra familiar, o milho internamente produzido, que misturado na ração entra como complemento energético, e as instalações. Via de regra, os empréstimos para fazer face aos investimentos em instalações e matrizes foram obtidos sob o aval das integradoras junto ao sistema oficial de crédito rural

Tabela 6 – Abate SIF de Suínos no Oeste Catarinense 1950 -1980.

²⁸ SEAG/SC, 1978, P. 68.

²⁹ Revista Avicultura e Suinocultura Industrial, n. 315, p. 69.

³⁰ Relação entre o rebanho total e o número de animais abatidos.

Ano	Abate (cabeças)	Crescimento
1950	440.000	-
1960	617.000	40,2%
1970	943.882	52,9 %
1980	3.045.446	222,7 %

Fonte: Associação da indústria de carnes e derivados de S.C.

A modernização da suinocultura no oeste catarinense, impulsionada pelos próprios frigoríficos, dotou-lhes de competitividade suficiente a ponto de transformar grupos locais como a SADIA e a PERDIGÃO em “global players” no mercado de proteínas. Na base desta competitividade está uma extensa rede de fornecedores familiares de matéria-prima (suínos terminados), capaz de fornecer aos frigoríficos um número crescente de suínos terminados a preços decrescentes.

Na década de 1970 introduz-se na região a avicultura industrial. Novamente a iniciativa pioneira coube ao Grupo Sadia que, através de sua subsidiária Sadia Avícola S.A., com sede em Chapecó, já em 1970 firmara os primeiros contratos de integração com pequenos produtores para a produção de frangos de corte e posteriormente de perus. Da mesma forma, a estratégia logo foi adotada pelas congêneres locais. Diferentemente da suinocultura, a avicultura não era uma atividade tradicional na região. Desde logo foi implantada segundo os padrões mais modernos controlados pelas integradoras, estando a remuneração dos avicultores atrelada a índices de produtividade contratualmente especificados. Devido a critérios técnicos, ao contrário do fomento à suinocultura, as integradoras fornecem a totalidade da ração avícola, não havendo a necessidade da produção interna de milho, afastando de vez o mercado como mecanismo de coordenação entre avicultores e frigoríficos.

Uma vez consolidado o novo arranjo institucional por meio de relações contratuais, o papel antes desempenhado pelo mercado como mecanismo social de seleção de unidades familiares mais produtivas é assumido pelo grande capital agroindustrial. A sobrevivência de uma unidade familiar passa agora necessariamente pela sua inserção orgânica ao mecanismo de competitividade sistêmica representado pelos grandes frigoríficos e sua rede de fornecedores. Perante a diversidade dos pequenos produtores familiares, os departamentos de fomento selecionam aqueles que, por um conjunto de critérios, apresentam melhor potencial produtivo. Além das particularidades de cada unidade familiar, são levados em conta também critérios técnicos como distancia do local de abate, adequação do número de integrados à capacidade da unidade de abate, existência de integrados próximos, visando racionalizar os custos de transporte, critérios sanitários etc.

Este processo de modernização seletiva e concentração da produção em um seletivo grupo de unidades familiares tecnificadas proporcionam a estas uma melhora na renda familiar. Decorre daí a

pressão exercida pelos frigoríficos sobre os preços pagos ao produtor. A queda tendencial destes preços não necessariamente implica na piora das condições de reprodução das unidades familiares. Reflete antes de tudo os ganhos produtividade. Esta estratégia de modernização da produção, que visa manter a competitividade sistêmica do arranjo institucional formado pelo frigorífico e seus integrados, torna supérflua uma parcela crescente da mão-de-obra familiar, que tende a migrar para os dinâmicos centros urbanos regionais e a fornecer braços para os próprios frigoríficos. Às unidades familiares alijadas deste processo resta-lhes o mero cultivo de grãos, o que em muito diminui suas possibilidades de assegurar a reprodução familiar.

Explicam-se assim as taxas negativas de crescimento da população rural já em fins dos anos 1970, apesar da pujança da economia regional. Passadas sessenta anos, a região que por décadas absorveu agricultores das antigas colônias gaúchas, se torna ela própria geradora de excedentes populacionais em busca de novas terras.

Referências:

- AVICULTURA & SUINOCULTURA INDUSTRIAL, n. 315, vol. 68, 1977
- BREVES, Wenceslau. O Chapecó que Conheci. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis n. 6, 1985.
- CABRAL, O. *História de Santa Catarina*. 2. Ed. Rio de Janeiro, Editora Lourdes, 1970.
- CAMPOS, I. Complexos de Produção Agroindustrial e Mecanismos de Formação de Preços na Agricultura. Belém, *Papers do NAEA*, NAEA, 1995.
- ENTRES, A. (editor). *Guia do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, Estado de Santa Catarina, 1927.
- FONTANA, A. *História da Minha Vida*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- GODINHO, R. et alli. *Notas para o Estudo da Expansão do Capitalismo em Sta. Cruz do Sul*. São Paulo, CEBRAP, 1980.
- . *Guia do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 1935.
- . *Guia do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 1941.
- IBGE. *Censo Agropecuário de Santa Catarina*. 1920-1980, Rio de Janeiro, IBGE, 1983.
- IBGE. *Censo Demográfico de Santa Catarina*. 1920-1980, Rio de Janeiro, IBGE, 1983.
- IBGE. *Cadastro Industrial de Santa Catarina*. 1937, Rio de Janeiro, 1938.
- . *Censo Comercial de Santa Catarina*. 1940. Rio de Janeiro, 1943.
- INSTITUTO CEPA/SC. *Diagnóstico da Suinocultura Catarinense*. Florianópolis, CEPA/SC, 1986.
- LAGO, P. F. *Santa Catarina, Dimensões e Perspectivas*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1978.
- PIAZZA, W. F. *Santa Catarina: Sua História*. Florianópolis, Ed. Lunardelly, 1983.
- SEAG/SC. *Análise dos Sistemas de Integração Agroindustrial em Suínos e Aves em Santa Catarina*. Florianópolis, SEAG/SC, 1978.
- SORJ, B, WILKINSON, J. & GOODMAN, D. *Das Lavouras às Biotecnologias*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.